



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/05/2013



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. CASO DÉCIO SÁ.....	2
1.3. DECISÕES.....	3 - 4
1.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	5
1.5. SEGURANÇA.....	6
1.6. SERVIDORES.....	7
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	8 - 14
2.2. DESEMBARGADORES.....	15
2.3. SEM ASSUNTO.....	16
2.4. VARA CÍVEL.....	17
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DECISÕES.....	18 - 19
3.2. DESEMBARGADORES.....	20
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	21 - 22
4.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	23 - 24
4.3. VARAS CRIMINAIS.....	25
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. AÇÕES TJMA.....	26 - 27
5.2. CONVÊNIOS.....	28
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	29 - 30
6.2. CONVÊNIOS.....	31
6.3. DECISÕES.....	32 - 34
6.4. JUÍZES.....	35
6.5. PRESIDÊNCIA.....	36
6.6. SELETIVOS.....	37
6.7. SEM ASSUNTO.....	38 - 39

... A corte de Justiça do nosso Estado com o presidente desembargador Guerreiro Junior, tem realizado um vasto trabalho no desenvolvimento da casa e do poder judiciário. Foi instaladas mais oito varas judiciárias na nossa Capital,... Na ocasião o presidente do TJMA anunciou a terraplanagem dos serviços e o início das obras da construção do novo FORUM de Imperatriz, este FORUM será um dos mais modernos do País e o juizado um novo prédio...

... O Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Junior explicou a imprensa no dia 29 - que não houve arquivamento nem desarquivamento de pedido de investigação contra Raimundo Cutrim (PSD) - como anunciado pelo deputado na segunda-feira 29 passado... "O que houve foi um procedimento normal nas rotinas administrativa do TJ" segundo o magistrado.

**Justiça garante prosseguimento de
ação do MP contra ex-prefeito**

PÁGINA 3

Justiça garante prosseguimento de ação do MP contra ex-prefeito

O Ministério Público Estadual tem legitimidade para ingressar com Ação de Execução Forçada para cobrança de débito ou multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) a gestores públicos em casos de má gestão de recursos públicos.

O entendimento é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que deu provimento a recurso do MP para dar prosseguimento a uma Ação Civil Pública de Execução ajuizada contra o ex-prefeito do município de Governador Edison Lobão, Washington Luís Silva Plácido, condenado pelo TCE a ressarcir R\$ 695.919,74 ao erário municipal.

A ação foi extinta sem resolução do mérito pelo juiz da Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, Joaquim da Silva Filho. O magistrado considerou que o Ministério Público não é parte legítima para propor esse tipo de ação. O MP recorreu, alegando que a questão insere-se na sua área de competência institucional.

ATOS IRREGULARES - A decisão do TCE que condenou Plácido teve como base parecer prévio emitido na prestação de contas daquele município, referente ao exercício 2006, que apresentava várias irregularidades.

As notas de empenho e ordens de pagamento foram entregues sem comprovação das despesas. Não foi cumprido o limite para despesas de pessoal estabelecido em

54%, e não houve aplicação do percentual mínimo destinado à saúde. Além de encaminhamento das leis orçamentárias fora do prazo (LOA, LDO e PPA), foi verificada a ausência de documentos exigidos pela instituição normativa.

Em sua defesa, o ex-prefeito alegou que a falta de legitimidade do MP para ajuizar a ação fundada em decisão do Tribunal de Contas do Estado se sustenta no artigo 128 da Carta Magna.

Segundo ele, o dispositivo proíbe o órgão de exercer a advocacia e representação judicial de entidades públicas. Sendo assim - afirmou - movendo a ação, o MP estaria advogando para as Fazendas Públicas Municipal e Estadual, o que seria vedado pela legislação.

VOTO - O relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, apontou a evolução da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de pacificar a legitimidade do MP para propor Ação de Execução Forçada nos casos de títulos executivos formados a partir das decisões dos Tribunais de Contas.

Gedeon não identificou nenhuma impropriedade no ajuizamento de Ação Civil Pública de Execução Forçada por parte do Ministério Público e votou pelo provimento do recurso apresentado pelo órgão, anulando a sentença monocrática para determinar o regular prosseguimento do feito.

Secretário adjunto de Justiça se reúne com detentos do regime semiaberto da PP



Sec Adjunto Ribamar Cardoso orienta os internos sobre direitos e deveres

O secretário adjunto de Justiça da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), José Ribamar Cardoso Lima, se reuniu na manhã de quinta-feira (2), com internos do regime semiaberto da Penitenciária de Pedrinhas. O encontro foi para orientar os detentos sobre direitos e deveres deles. Na ocasião, estavam presentes o diretor da referida unidade prisional, Marcio Serejo, e a coordenadora da assistência profissionalização, trabalho e renda, Alice Magalhães.

O secretário adjunto reforçou que o homem - mesmo privado de liberdade - tem direito a educação, saúde e trabalho. Entretanto, eles precisam cumprir com deveres, estes que por muitas das vezes não estão sendo cumpridos. De acordo com Cardoso Lima, se o interno, que está no semiaberto,

comete qualquer tipo de irregularidade corre o risco de voltar para o regime fechado. "Eles têm que entender que precisam cumprir com deveres para que não regridam de regime. Quando o interno tenta fugir, ele está dificultando a própria vida, podendo assim voltar à estaca zero, ou seja, para o regime fechado", afirmou o secretário.

Cardoso Lima informou que apesar de os internos estarem no regime semiaberto, os mesmos só poderão ser transferidos para uma unidade específica quando tiverem um emprego. Pensando nisso, a Sejap tem buscado ofertar cursos profissionalizantes nas mais diversas áreas aos detentos. "Cursos nas áreas da indústria, comércio e panificação já estão sendo ofertados aos internos. Esses cursos são importantes porque vai garantir a capacitação profissional e, futuramente, um emprego digno, fa-

zendo com que eles possam ir para uma unidade de regime semiaberto, podendo sair de dia para trabalhar e voltar a noite para dormir", disse. O diretor da Penitenciária de Pedrinhas, Marcio Serejo, falou sobre a questão processual dos internos, a principal demanda deles durante a reunião. Marcio contou que os detentos sempre querem informações sobre a situação jurídica deles. Entretanto, ele disse que essas ações processuais não dependem muito da Sejap, mas sim do poder judiciário. "Dentro das nossas limitações nós sempre fazemos pesquisas diárias para verificarmos o processo que teve andamento ou não e dentro dessa expectativa nós fazemos uma análise e enviamos esses dados a Defensoria Pública", contou ele.

Marcio Serejo reforçou que a reunião teve como principal foco a conscientização dos internos com relação ao regime semiaberto. Segundo ele, é neste regime que o detento está próximo de conquistar a liberdade e, então, não a necessidade de cometer transgressões para que venha perder aquilo que eles tanto almejam: a liberdade. "O regime semiaberto é aquele que o interno está com um pé dentro e outro fora do sistema. Mas para que ele consiga a sua liberdade total depende única e exclusivamente dele. Por isso que estamos fazendo essa reunião para que eles se conscientizem de seus deveres", enfatizou. A coordenadora da assistência profissionalização, trabalho e renda, Alice Magalhães, deu ênfase aos cursos que já estão sendo ofertados aos presos e aqueles que ainda serão oferecidos. Ela disse que dentre os que já acontecem estão o de instalador hidráulico e elétrico. Estes, que é fruto da parceria com o Senai, são realizados diariamente, beneficiando um total aproximado de 50 detentos. Magalhães adiantou que até o mês de junho, mediante parceria com o Promatec, serão implantados os cursos de auxiliar de garçom, auxiliar de limpeza e serigrafia, todos com foco ao encaminhamento para o mercado de trabalho. "Para os que estão em regime semiaberto esses cursos vem garantir de forma imediata qualificação profissional, possibilitando logo a saída deles para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, o retorno ao convívio social", ressaltou.

1º. - TIM - AMMA pleiteia implantação de Política de Segurança Institucional do Judiciário - O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, e o diretor de Segurança da Associação, juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento, apresentaram nesta manhã (2), ao presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMA, desembargador Raimundo Barros, uma minuta de Resolução propondo a instituição da Política de Segurança Institucional no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. A ideia é resguardar a legitimidade de atuação da Comissão de Segurança e contribuir para o cumprimento dos seus objetivos.

Escritora Maria Inez Queiroz em Alta

Em entrevista a rádio Esperança FM a professora Maria Inez Queiroz, escritora falou de seus livros já publicados. O mais recente "redação oficial na era digital"

Recentemente a professora ministrou aula sobre etiqueta para as funcionárias da ALEMA. A escritora conta a História de São Luis em versos e poesia. Vamos conferir a sua trajetória cultural.

Licenciada em Letras – Português/Francês e Literaturas na UFMA.

Maria Inez Queiroz possui diploma do DELF e DALF em língua francesa pelo Ministério de Educação da França. Especialista em Didática Universitária e Estudante de Direito, atualmente cursando especialização em Gestão Pública pela UEMA/AL-MA. Foi bancária do extinto BEM S. A. aprovada em concurso público, onde trabalhou por 22 anos.

Foi professora do Colégio Dom Bosco do Maranhão e egressa do mesmo, foi professora da

UEMA em Pedreiras - MA nos cursos de letras e matemática e do PQD. Foi consultora do SEBRAE. Incursiou pela área da Hotelaria e Turismo no BRISAMAR Hotel e Restaurante Escola do SENAC. Foi assessora parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, e também superintendente executiva do Conselho Regional de Odontologia do Maranhão e Chefe de Gabinete do Diretor Geral do DETRAN/MA. Atualmente trabalha na área de treinamentos para diversos Órgãos (PGJ, TJ, AL-MA e Prefeituras do interior do estado) e Empresas Privadas e Governo Federal e servidora da AL-MA.

É autora dos livros: Formas de Tratamento em Redação Oficial e do Manual de Redação da Polícia Militar do Estado do Maranhão e Redação Oficial na Era Digital, além de possuir vários textos jornalísticos e artigos publicados em revistas, periódicos e jornais.

É pesquisadora em crítica textual e edição de textos pelo CNPq/UERJ e selecionada como professora de Língua Portuguesa pela UNI-



VIMA e UEMA. Cursa Especialização em Gestão Pública pela UEMA/ALEMA. Possui texto publicado no concurso público da SUSIPE/PA em Redação Oficial. Colabo-

radora do INTERLEGIS/SENADO FEDERAL.

Os interessados em conversar com a professora Maria Inez Queiroz podem encontrar – La no facebook.

Justiça de Bequimão determina interdição da delegacia da cidade

Celas não atendem às condições para manter pessoas presas por falta de segurança

BEQUIMÃO - Atendendo a pedido formulado pela promotora de Justiça Rita de Cássia Pereira Souza, titular da Comarca de Bequimão, a Justiça determinou a interdição parcial da cadeia pública do município. O pedido foi feito em Ação Civil Pública protocolada em agosto de 2012 e reforçado em 31 de janeiro de 2013, quando foi reiterado o pedido de antecipação de tutela. Na ação, a promotora afirma que a cadeia pública enfrenta problemas de superlotação, aeração, higiene e segurança. "O tratamento dispensado aos presos custodiados no estabelecimento prisional local viola, frontalmente, o princípio constitucional da dignidade humana", afirma, na ação, a promotora.

As celas não atendem às condições mínimas e os afastamentos e recuos mínimos das paredes são menores aos determinados pela Lei de Execuções Penais (lei nº 7.210/84). Além disso, a cadeia pública está em área residencial, cercada por residências e lojas comerciais, não oferecendo seguran-

ça às pessoas que moram nas proximidades no caso de fuga.

Fato grave, também, é que não há agente penitenciário, policial ou qualquer outro servidor vigiando os presos e a delegacia durante a noite. Esse fato, somado aos inúmeros buracos no teto do prédio, tem permitido aos presos que saiam para praticar assaltos na cidade, retornando pela manhã. "Além disso, desde que esta ação foi ajuizada, já houve, no mínimo, duas fugas de presos da cadeia pública local", reforçou a promotora Rita de Cássia.

O Estado chegou a iniciar a construção de uma delegacia de polícia em Bequimão, mas a obra foi paralisada ainda em 2012. Não há qualquer previsão de prazo para a retomada dos serviços ou conclusão do prédio.

Na decisão, o juiz Marcello Fração Pereira determinou a interdição provisória da carceragem, deixando de receber presos provisórios até a solução dos problemas apresentados. Além disso, foi determinado que os presos que estão na cadeia pública de Bequimão sejam transferidos para a delegacia regional de Pinheiro ou a delegacia de Peri-Mirim, no prazo de 10 dias, até que seja concluída a construção da delegacia.



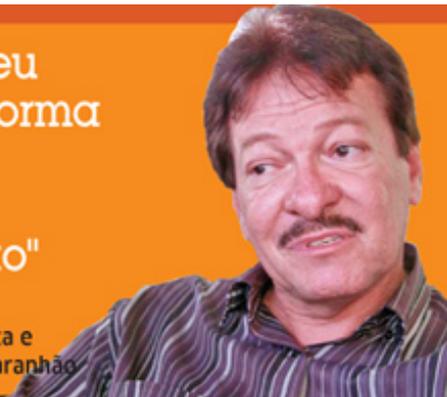
Homem cata lixo em montanha no São Cristóvão; 60% dos bairros não têm estrutura para coleta

Lixões estão espalhados por bairros de SL

Mais de 230 lixões estão espalhados pelos bairros de São Luís, segundo sanitarista. Para ele, a situação na capital é alarmante. **Cidades 1 e 2**

"A cidade de São Luís cresceu muito nos últimos anos, de forma desordenada, e a estrutura sanitária da cidade não acompanhou essa expansão"

Lúcio Antônio Alves de Macedo, engenheiro sanitarista e professor das universidades Estadual e Federal do Maranhão



Mais de 230 lixões se espalham pelos 350 bairros de São Luís

Conforme o doutor em Saneamento Ambiental Lúcio Antônio Alves de Macedo, a situação do sistema de coleta de resíduos produzidos pela população da capital é considerada alarmante e muitas pessoas jogam lixo na rua, formando os monturos

André Lisboa
Da equipe de **O Estado**

A cidade de São Luís padece em meio ao lixo, de acordo com estudos coordenados pelo doutor em Saneamento Ambiental das universidades Federal e Estadual do Maranhão Lúcio Antônio Alves de Macedo. A situação do sistema de coleta de resíduos produzidos pela população da capital é alarmante, segundo ele, que concedeu entrevista a **O Estado**, revelando que há mais de 230 lixões espalhados pelos bairros da capital maranhense - áreas públicas utilizadas por moradores para jogar detritos, refugio de material da construção civil e outros resíduos.

Dos 350 bairros de São Luís, Lúcio Macedo - que já foi superintendente sanitário da Prefeitura de São Luís, na gestão de Tadeu Palácio e por seis meses na gestão de João Castelo - acredita que em 60% deles não têm estrutura para coleta, com o montante de resíduos descartados. Das 1.350 toneladas de lixo produzidas diariamente na cidade, somente 75% é efetivamente recolhida pelos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp), órgão ligado à Prefeitura.

Na última segunda-feira, o engenheiro sanitário proferiu uma palestra na Câmara Municipal. Foi um alerta para a grave situação do lixo na capital do estado. "Temos produzido quantidade de lixo em grande escala, porque a cidade cresceu absurdamente nos últimos anos e não temos investido em soluções de

Caracterização dos resíduos em SL



armazenagem e nem são estruturados, conforme prevê a lei que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos [Lei nº12.305/2010]", disse Lúcio de Macedo.

Conforme os dados levantados pelo engenheiro sanitário, a limpeza pública em São Luís recolhe diariamente 1.350 toneladas de resíduos sólidos. Dessa quantidade, 680 toneladas são de origem domiciliar, comercial e de varrição. O montante do entulho proveniente da construção civil é de 600 toneladas, que são recolhidas manualmente e mecanicamente. O lixo que vem das unidades de serviço de saúde - o lixo hospitalar - é de aproximadamente 10 toneladas. As feiras, mercados e empresas particulares produzem todos os dias 60 toneladas.

Se for considerado todo o montante do lixo diário, São Luís - conforme parâmetros de medição que determinam o quanto um cidadão produz -, está acima de grandes metrópoles do mundo. Uma pessoa que mora na capital produz 1,74 kg de resíduo. A estimativa supera cidades como Nova York (1,45 kg), Ci-

dade do México (1,45 kg), Tóquio (1,01 kg), Belo Horizonte (0,96 kg), Salvador (0,69 kg), São Paulo (0,96 kg), Rio de Janeiro (1,25 kg), Paris (1,52 kg) e Barcelona (1,55 kg). Entre as grandes cidades europeias, a capital maranhense só perde para Roma em produção diária de lixo/habitante, que produz 1,84 kg. A média de produção de resíduos aumentou cerca de 40% nos últimos seis anos na Ilha.

Concentração - Entre os bairros de São Luís que mais produzem lixo, a Ponta d'Areia lidera a lista, acumulando diariamente 9,58 kg/habitante. O Centro está em segundo lugar na lista elaborada pelo engenheiro sanitário, despejando 5,48 kg/habitante, seguido pelo Calhau, com 5,35 kg/habitante, e pelo Olho d'Água, com 4,60 kg/habitante. O Vinhais está em quinto lugar na produção diária de lixo, com 3,71 kg/habitante. "São todos bairros onde há população de classe média e a população mais rica da cidade, onde os serviços de recolhimento do lixo não param de ser realizados", completou o professor Lúcio de

Macedo.

A conta mensal da coleta de lixo da capital chega a R\$ 14,5 milhões. A cidade é a que mais gasta em todo o estado com a coleta. Em Imperatriz, são empregados R\$ 900 mil e R\$ 600 mil em São José de Ribamar, cidades cujas médias de acúmulo diário de lixo/habitante são de 0,93 kg e 0,63 kg, respectivamente.

Lúcio de Macedo explicou que, como apenas 75% do lixo produzido em São Luís é recolhido, a taxa individual de produção de detritos é, na verdade, acima do valor apresentado por sua pesquisa. "Temos de ver que há também outra incongruência nessa taxa, porque quase metade dessa produção de lixo é composta por resíduos sólidos da construção civil, que deve ser feita pelas construtoras, o que nem sempre ocorre. É impossível que a taxa de lixo por habitante seja tão alta em São Luís, mas o setor da construção eleva o volume do lixo acumulado", disse o engenheiro sanitário.

De acordo dados enviados pela Prefeitura de São Luís, a coleta do lixo diário provoca um custo de R\$ 229,00 por tonelada de lixo recolhida pela empresa São Luís Engenharia Ambiental, responsável por toda a coleta de lixo na capital maranhense. As aproximadas 1.350 toneladas coletadas pela empresa em São Luís devem gerar uma despesa R\$ 309.150,00 diariamente.

Continua em Cidades 2



Em terreno no São Cristóvão, uma parte do entulho é material de construção e outra é lixo



Fotos/Flora Dolores

Lixão se forma em rua no bairro Sá Viana, na periferia de São Luís; moradores jogam lixo no local

Resíduos são usados para aterrar área e criam lixão

Nas ruas de São Luís, o déficit na coleta de lixo pode ser visto em diversos pontos onde sacos de lixo se acumulam nas ruas, entulhos de construção, madeiras, visitados por moscas, outros animais e até mesmo pessoas, que se metem em lixões para catar algum produto que ainda possa ser reutilizado. Nas ruas de bairros periféricos, a situação se agrava, porque a frequência da coleta de lixo provoca reclamação de moradores que convivem com infraestrutura precária.

Um problema sério pode ser percebido no São Cristóvão. A Rua Joaquim Santos mapeada pela Prefeitura de São Luís, em cruzamento com a Rua 14 do Engenho, foi projetada para passar sobre um igarapé, cujo espaço está dividido por dois proprietários que iniciaram o trabalho de aterramento na área, para torná-lo um ponto plano. O Estado conversou com um dos proprietários do terreno, o sucateiro Amaral Ferreira, que mantém uma sucata próximo ao igarapé. Ele tem aterrado o buraco, cuja profundidade chega a 30 metros, com material de construção que compra mensalmente de pequenas construtoras.

A irregularidade está no traba-

lho que tem sido feito pelo vizinho do sucateiro, que tem aterrado a área com lixo. Resíduos de diversas origens como material hospitalar, refugo orgânico, dejetos produzidos por supermercados - como caixas de papelão, sacos, material plástico etc. A área se transformou em um lixão e é vigiada por homens que não quiseram conceder entrevista. Usuários de drogas e moradores de rua usam o monturo para catar lixo e para defecar. Toda área, por onde se alastra mau cheiro, atrai moscas e ratos, tornando-se um perigo para a saúde pública.

De acordo com Amaral Ribeiro, o lixão criado por seu vizinho tem causado constante reclamação de moradores da área. "Normalmente é ateado fogo em material no lixão, o que revolta muitos os moradores. As pessoas vêm aqui e culpam o meu ferro-velho, mas não posso ser responsabilizado pela falta de responsabilidade de outras pessoas. Tenho comprado resíduos de qualidade para aterrar a área que me pertence, mas é lamentável que poucas pessoas tenham a mesma preocupação. O lixo daquela área pode fazer muito mal à população", disse.

Números

232

é o número de lixões e áreas de monturos em São Luís

1.350

toneladas são recolhidas diariamente por dia na Ilha

1,74 kg

é a média de lixo produzido por habitante em São Luís

R\$ 14,5

milhões é o custo mensal da coleta de lixo na capital

9,58 kg

é a média de produção de lixo por habitante na Ponta d'Areia, o bairro que produz mais lixo na capital maranhense

Aterro da Ribeira deve ser fechado até 2014 e lixo irá para Rosário

Cientista sanitário Lúcio de Macedo se preocupa com a situação e chama atenção, sobretudo porque o grande fluxo de carros na BR-135, única saída por terra da capital, pode atrasar e elevar os custos da coleta acima do necessário

O Aterro da Ribeira, maior lixão exposto de São Luís, para onde é levada a maior parte do lixo produzido pela população da capital maranhense, já tem prazo para fechamento, em 2014. O local apresenta uma das maiores populações de urubus, que transformou o ecossistema no entorno, criando ninhos e multiplicando-se. O espaço fica a menos de 20 quilômetros do Aeroporto Marechal Hugo da Cunha Machado.

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) tem registrado cada vez mais frequentemente acidentes envolvendo aves e aeronaves. Em fevereiro deste ano, um avião teve a decolagem abortada porque um urubu entrou em uma turbina. O avião, da TAM, estava saindo de São Luís com destino a Brasília.

Porém o fechamento do Aterro da Ribeira não responde apenas a esse problema da proximidade com o aeroporto. Depois de atingir sua capacidade máxima e com a instauração da Lei nº 12.305/2010, que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e determinou o fechamento de todos os lixões a céu aberto no território brasileiro, a única saída da Prefeitura de São Luís ainda durante a gestão de João Castelo foi decidir pelo fechamento.

Os resíduos da construção civil são utilizados para a cobertura do lixo orgânico no Aterro da Ribeira. Contudo, a Prefeitura informou que será construída uma usina de reciclagem para o tratamento desse tipo específico de lixo, cujos derivados serão revendidos para empresas de construção civil.

A informação foi confirmada ainda no ano passado, com a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, estabelecido em audiência pública pelo Município. Anteriormente, no início de 2010, a Prefeitura de São Luís havia anunciado uma ampliação do Aterro da Ribeira, que deveria ganhar mais 15 hectares para área de tratamento de lixo e custar R\$ 15 milhões aos cofres públicos. Contudo, a intenção causou celeuma judicial. O serviço foi impedido por meio de processos movidos pelo Ministério Público Estadual, que aconselhou a transferência do lixão para outra área.

Com a impossibilidade de expansão do aterro e a determinação do Governo Federal de fechamento de todos os lixões a céu aberto, restou a Prefeitura de São Luís elaborar um plano que já preveja a instalação de uma unidade de tratamento de lixo fechada. A primeira solução foi iniciar a instalação da unidade de tratamento de lixo no município de Rosário, pretensão que tem sido continuada pelo atual prefeito de São Luís.

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) informou, por meio de nota, que o Aterro da Ribeira, depois da instalação da nova unidade de tratamento de lixo em Rosário, vai se tornar uma espaço de compostagem de resíduos sólidos. Tal intenção foi questionada pelo engenheiro sanitário Lúcio Alves de Macedo, que criticou a ação. Segundo ele, a conservação de unidade de compostagem de resíduos no local manterá a grande população de urubus na área, o que conti-

nuará a causar colisões entre aves e aviões que decolam e aterrissam no Aeroporto Marechal Hugo da Cunha Machado.

Transporte - Uma das preocupações demonstradas pelo engenheiro sanitário Lúcio de Macedo com a unidade de tratamento de lixo em Rosário, trata-se do transporte dos resíduos coletados nas ruas de São Luís. O grande fluxo de carros na BR-135, única saída por terra da capital, pode atrasar e elevar os custos da coleta acima do necessário.

Macedo acredita que o empreendimento depende primeiramente da duplicação da BR-135, que tem sido conduzida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura do Trânsito (DNIT). Ele propôs, em audiência na última segunda-feira, dia 29, na Câmara Municipal de Vereadores, a instalação de estações aquaviárias de transbordo, para ajudar na coleta de lixo em toda a cidade.

"Por meio do mar, temos uma chance de acelerar o processo de transporte de lixo. Propus a criação de três unidades secundárias - uma delas no São Francisco, outra no Bairro de Fátima e uma em São José de Ribamar - ligadas a uma estação de transbordo maior, próxima à Estiva. Com isso, tornaríamos o trabalho mais célere, por utilizar um espaço de transporte pouco aproveitado na cidade, nossos rios e mares", explicou o sanitário.

Alternativas - Para solucionar os problemas dos lixões no entorno da área urbana de São Luís, a Semosp anunciou que já autorizou a construção de ecopontos (estações de pequena carga para rece-

bimento de resíduos sólidos) a serem distribuídos estrategicamente em diversos bairros da cidade. Serão construídos 40 ecopontos, cuja construção imediata de 20 unidades já foi ordenada.

Para o engenheiro sanitário Lúcio de Macedo, as unidades mostram resultado eficiente porque podem funcionar ainda como pontos de tratamento, reciclagem e coleta. Ele acredita que são necessários diversos pontos como esses, instalados em cada bairro de São Luís. "Com unidades menores, que podem ser utilizadas para oferecer serviços de reciclagem, a coleta em São Luís poderá atingir um padrão que se assemelha ao de Fortaleza, no Ceará, que fechou todos os seus lixões nos últimos dois anos", explicou Macedo.

A conclusão do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico que abrange os assuntos referentes ao esgoto, água, resíduos sólidos e drenagem ocorrerá até junho, quando serão realizadas audiências públicas, segundo informou a Semosp. A Prefeitura ainda garantiu que, até 2014, a nova unidade de tratamento de resíduos sólidos em Rosário entrará em funcionamento.

Mais

A coleta de lixo em São Luís é realizada com máquinas e caminhões compactadores em toda a cidade. Para o melhor aproveitamento das equipes de trabalho, alguns trechos recebem coleta diária (praias, feiras, área central, área histórica e avenidas) e outro em dias alternados. Além disso, somente no mês de abril, a Prefeitura contratou 580 homens para os serviços de limpeza urbana.

Divulgação/Nestor Bezerra



Aterro da Ribeira apresenta maior população de urubus da cidade e deve ser fechado até o próximo ano

“

Por meio do mar, temos uma chance de acelerar o processo de transporte de lixo. Propus a criação de três unidades secundárias”

Lúcio de Macedo,
doutor em Saneamento
Ambiental

Abrindo o jogo - Fernando Barreto - promotor do Meio Ambiente

O Estado - Conforme pesquisa realizada pelo sanitarista Lúcio de Macedo e alunos, foram identificados 232 pontos de lixões na capital maranhense. O que o Ministério Público tem testemunhado quanto à operacionalização do Plano Municipal de Resíduos Sólidos em São Luís?

Fernando Barreto - Causa espécie que o número de depósitos de lixo a céu aberto tenha chegado a esse patamar. Os levantamentos feitos com o Ibama e Município de São Luís nos últimos dois anos eram bem menores. Seria útil se o pesquisador tivesse protocolado esse levantamento na Promotoria para que pudéssemos adotar as providências cíveis e criminais cabíveis. No ano passado, o Município apresentou à Promotoria um Plano de Resíduos Sólidos, mas que não está de acordo com a lei nº 12.305/2010. O Plano Municipal não se destina a ser apresentado ao Governo Federal, mas sim a ser aprovado pela sociedade e implementado pelo Município. O Ministério Público já iniciou discussões com a atual administração municipal para, celebrando termo de ajustamento de conduta, ser corretamente elaborado o Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

O Estado - A sobrecarga do Aterro da Ribeira - que está situado em uma área muito próxima ao aeroporto - é evidente e tem sido denunciada nos últimos anos pelo Ministério Público e por outros órgãos. Quais as soluções judiciais propostas para fechar o espaço?

Fernando Barreto - Não se trata de denúncia do Ministério Público Estadual, mas de uma ação civil pública julgada procedente pelo Tribunal de Justiça e que está em fase de execução na 4ª Vara da Fazenda Pública e que agora tramitará na vara de interesses difusos. O Tribunal determinou a realização de auditoria ambiental no Aterro da Ribeira, e a realização de novo estudo de impacto ambiental que informe a melhor alternativa locacional. A administração municipal anterior não cumpriu a determinação judicial, embora ciente dessa determinação. Nova intimação será feita aos atuais gestores. É importante registrar que o encerramento das atividades do Aterro da Ribeira depende dos resultados da auditoria e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Aula inaugural da Especialização em Direito Civil e Processo Civil



Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, o prof. Alonso Freire e o coordenador da Especialização em Direito Civil e Processo Civil, prof. Alexandre Freire

A Pós-Graduação da Universidade Ceuma realizou no dia 26 de abril, às 19h, no auditório Expedito Bacelar, campus Renascença, a aula inaugural da 8ª turma de Especialização em Direito Civil e Processo Civil. Com o tema "Aspectos teóricos e práticos do projeto do novo código de processo civil", o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, mestre em Direito Civil pela PUC-SP e doutorando em Direito Civil (PUC-SP), Paulo Sérgio Velten Pereira, o mestre em Direito Constitucional pela UFMG e professor da Universidade Ceuma e da UFMA, Alonso Freire e o coordenador da Pós-Graduação em Direito Civil e Processo Civil, prof. Me. Alexandre Freire participarão do evento.

As inscrições estão abertas e as vagas são limitadas.

Para outras informações, acesse: <https://www.ceuma.br/posgraduacao/>



Diego Chaves

Antonio Guerreiro Júnior (d) e Cleones Cunha com magistrados durante instalação das novas varas

Novas Varas Cíveis têm alto acervo de processos

Em apenas um dia, as oito varas criadas recentemente pelo Poder Judiciário do Maranhão receberam 230 processos

As novas Varas Cíveis de São Luís receberam 230 processos no primeiro dia de distribuição das petições iniciais, quinta-feira (2), após a instalação dessas unidades judiciárias, na terça-feira, 30 de abril, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. A distribuição na sexta-feira (3) manteve a média de 200 processos. Durante seis meses ou até que elas alcancem o acervo médio de 1.500 processos, fica suspensa a distribuição para as antigas Varas Cíveis.

"Já aguardávamos por um número alto de processos a serem distribuídos para as novas varas. Mas a expectativa foi superada. Muitos aguardavam a instalação dessas novas varas para ingressarem com seus processos, o que mostra a necessidade que havia da instalação das novas unidades judiciais. Por isso, acredito que a sociedade só ganhou com as novas Varas Cíveis", destacou o juiz

diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, Sebastião Lima Bonfim.

O juiz diretor do fórum disse ainda que se a distribuição para as novas varas continuarem na média dos dois primeiros dias, é possível que a distribuição mensal chegue a 600 processos por mês.

Redistribuição - Também no primeiro dia, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos - uma novidade no Judiciário estadual - recebeu uma ação do Instituto Brasileiro de Defesa da Qualidade de Vida e Meio Ambiente contra a Merck e Cia. e a Merck Sharp Farmacêutica.

O processo tramitava na 7ª Vara Cível de São Luís e como envolve questão ambiental foi redistribuído para a nova unidade judiciária, responsável pelo julgamento de questões relativas à improbidade administrativa ambiental e urbanística.

Mais

Foram instaladas, no último dia 30 de abril, na Comarca de São Luís, a 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis e a Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

Até a data de instalação das sete novas unidades, tramitavam nas nove antigas Varas Cíveis da capital mais de 49 mil processos, conforme consulta feita no sistema Themis PG (gerenciamento eletrônico de processos) pela Diretoria do Fórum de São Luís.

A suspensão da distribuição para as antigas Varas consta do Provimento nº 04/2013 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA). Conforme o documento, assinado pelo corregedor-geral Cleones Carvalho Cunha, a distribuição fica suspensa durante os próximos seis meses ou até que as novas unidades cíveis atinjam um acervo médio de 1,5 mil processos. Após três meses, essas regras serão reavaliadas.

Lançado projeto de auxílio a pessoas com HIV/Aids e hepatites

Projeto Vivendo com Dignidade fortalece o acesso à Justiça e é fruto de parceria entre Grupo Lilás e o Ministério da Saúde

O projeto Vivendo com Dignidade, que visa fortalecer o acesso à Justiça de pessoas com HIV/Aids e hepatites virais, foi lançado na sexta-feira (3). A ação é uma parceria entre o Grupo Solidário Lilás e o Departamento Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde e tem o apoio da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA).

O objetivo do projeto é prestar assistência jurídica a pessoas portadoras do vírus HIV e das hepatites virais residentes na região metropolitana de São Luís e em sete municípios situados na região do Munim: Rosário, Cachoeira Grande, Morros, Axixá, Presidente Juscelino, Bacabeira e Icatu.

Na opinião da presidente do Grupo Lilás, Babalu Rosa, trata-se de ação efetiva que irá beneficiar um grande número de maranhenses que vivem com HIV/Aids e hepatites virais e, muitas vezes, não têm com quem contar. "Essa é a contribuição dos movimentos sociais para a melhoria das condições de vida dessas pessoas. O objetivo maior é fortalecer as estruturas públicas locais de acolhimento às demandas nas mais diversas áreas", assinalou.

Para o defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho, a iniciativa é importante já que, embora o Brasil possua políticas públicas de saúde avançadas no tratamento do HIV/Aids, muitos desconhecem os seus direitos. O defensor informa que a pessoa que vive com o HIV/Aids, além do direito de receber atendimento, tratamento e medicamentos gratuitos



Aldy Mello Filho (centro) explica o projeto durante lançamento

Mais

O Brasil tem, segundo dados do Ministério da Saúde, 530.000 pessoas vivendo com HIV/Aids. Desse universo, 135 mil não sabem que contrairam a doença. No Maranhão, conforme levantamento do Programa Estadual de DST/Aids, de 1985 até setembro de 2012, foram notificados 6.505 casos da doença. Desses, 76,5% estão na faixa dos 25 a 49 anos. Homens correspondem a 64% do total.

pelo Sistema Único de Saúde (SUS), também tem o direito ao sigilo acerca de sua condição sorológica e de não ser submetido a teste de HIV para admissão e permanência no emprego.

Tem ainda o direito ao levan-

tamento dos valores do PIS/Pasep e FGTS, mesmo sem rescisão do contrato de trabalho. "Além disso, pode ser requerido o Benefício da Prestação Continuada [BPC] para aqueles que comprovarem a impossibilidade para o trabalho, com renda de até um quarto do salário mínimo, bem como a isenção do imposto de renda, quando aposentado, reformado ou pensionista", afirmou o defensor.

Assessor jurídico do projeto, o advogado Igor Almeida disse que as ações vão além da assistência médica oferecida atualmente pelo poder público. "Ele não se restringe à capital, abrangendo municípios de grande importância epidemiológica no mapa da Aids, no estado. Nossa intenção é formar multiplicadores, para que o processo de informação e de educação em direitos humanos seja disseminado por todo o estado".

ÚLTIMAS

Estado deve indenizar pais de preso morto em Pedrinhas

O Estado do Maranhão foi condenado a pagar indenização, por danos morais, no valor de R\$ 40 mil aos pais (a cada um) de detento morto numa das celas do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A decisão é da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que reformou a sentença de primeira instância somente na fixação dos juros de mora, mantendo inalteradas as demais partes. **(Página 08)**

'DANOS MORAIS'

Estado deve indenizar pais de preso morto em Pedrinhas

O Estado do Maranhão foi condenado a pagar indenização, por danos morais, no valor de R\$ 40 mil aos pais (a cada um) de detento morto numa das celas do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A decisão é da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que reformou a sentença de primeira instância somente na fixação dos juros de mora, mantendo inalteradas as demais partes.

O crime ocorreu no dia 5 de março de 2010, quando outros três detentos perfuraram mais de 20 vezes o corpo da vítima, usando

um chuçó, causando-lhe a morte. Na ação da Justiça de 1º grau, os pais do preso morto alegaram ter sofrido grande abalo com a perda do filho, que havia acabado de ser beneficiado com a progressão para o regime semiaberto. Para eles, houve negligência de vigilância sobre os presos. Pediram indenização de R\$ 100 mil.

DECISÃO - O magistrado de 1º grau julgou procedentes os pedidos e condenou o Estado a pagar a indenização de R\$ 40 mil para cada um. Inconformado, o Estado recorreu, alegando, dentre outros argu-

mentos, que a morte do preso se deu por culpa exclusiva de terceiros, não tendo nenhuma responsabilidade sobre o fato.

No julgamento do recurso, a desembargadora Maria das Graças Duarte (relatora) destacou que a integridade física é direito fundamental do preso, de acordo com norma da Constituição Federal. Entendeu que a responsabilidade do Estado, em casos como este, é objetiva, e que a causa da morte do filho dos apelados não pode ser atribuída exclusivamente à culpa de terceiros, mas ao Estado, que tinha o

dever de agir e proporcionar a segurança aos detentos.

ARGUMENTO CONTESTADO - Maria das Graças Duarte rejeitou a tese apresentada pelo Estado, de responsabilidade subjetiva e ausência de provas, e considerou correto o valor fixado para indenização pelo juiz de 1º grau. Observou que a sentença merecia reparos somente quanto à fixação dos juros. Os desembargadores Raimundo Barros (revisor) e Nelma Sarney acompanharam o voto da relatora, pelo provimento parcial do recurso do Estado.

EMBRATUR

Infraestrutura e inclusão social como base para o desenvolvimento



Flávio Dino durante debate no I Encontro Regional de Administração

Representando o Governo Federal, Flávio Dino (presidente da Embratur) defendeu em palestra ministrada em São Luís (MA) a administradores e estudantes que, para superar os entraves para o desenvolvimento do Maranhão, é necessário a aplicação de três vertentes centrais: Planejamento, eficiência e sensibilidade para encerrar os problemas do estado.

Ao lado de conferencistas das principais esferas do poder público e da iniciativa privada, Flávio Dino falou das possibilidades de crescimento do Maranhão, desde que seja implantada uma política planejada de desenvolvimento econômico e social do Maranhão, durante o segundo dia do I Encontro Re-

gional de Administração e II Encontro Maranhense dos Estudantes de Administração.

DESTAQUES-Apalestram ministrada pelo presidente da Embratur destacou os principais investimentos do governo federal para o crescimento do estado. "O Porto do Itaqui, pensado e construído há 70 anos, surge das reivindicações de empresários e da iniciativa do governo federal. Hoje, ele é um escoadouro de produção importante para o Brasil, por sua localização e a profundidade que são excelentes" disse.

O Maranhão, no entanto, precisa obter mais ganhos sociais e econômicos mais consistentes a partir de seus atributos naturais. Para Flávio Dino,

esta realidade começa a mudar pela identificação das potencialidades do Maranhão, detectando as principais locações econômicas do estado.

"O desenvolvimento tem que ser pensado de uma perspectiva ampla: abrangendo infraestrutura e a inclusão da maioria da população no desenvolvimento. Isso acontece quando identificamos o que o Maranhão pode produzir além da mera exportação de nossas riquezas. A industrialização do Maranhão, produzindo a partir de nossas matérias-primas é fundamental para que possamos dar esse passo para avançar," disse.

APOIO - O posicionamento de Flávio Dino foi apoiado

pelos demais debatedores. O presidente da empresa Velocelog, Paulo Guedes, acrescentou que, para que qualquer estado se desenvolva, é necessário dar qualidade de vida a seus habitantes.

"Um estado que não olha de verdade para seus problemas, que esconde a realidade, não consegue se desenvolver. Falar da realidade não é feio, porque não há receita para curar uma doença que não se conhece. Se o Maranhão tem a menor renda per capita do país, se é o estado com maior índice de mortalidade infantil, é preciso que se enxergue esses problemas para poder enfrenta-los," disse.

A saída, segundo Guedes, é a superação de gargalos do desenvolvimento através de um diagnóstico real e, a partir dele, elaborar um bom plano de estado, que tenha sensibilidade para enxergar problemas, soluções e potencialidades de cada situação. "Não dá pra esperar um bom futuro quando se esconde os problemas de hoje, ou faz de conta que não vê," finalizou.

REPRESENTANTES - Participaram dos debates representantes da Emap (Silvia Maria Leal), da Seplan de São Luís (Pablo Rebouças), do Tribunal de Justiça (desembargador José Bernardo Rodrigues), da Universidade Federal do Maranhão (Ricardo Carrera), Suzano Celulose (Renato Machado) e Rodrigo Silva (Grupo Excellenzia).

Editorial

CPI da Agiotagem: o que está em jogo?

A duas assinaturas para
a sua instalação, a CPI da
Agiotagem pode entrar em
cena nos próximos dias.

OPINIÃO 6

A CPI da agiotagem

Está muito perto de a Assembleia Legislativa do Maranhão constituir e pôr em funcionamento a CPI da Agiotagem, com uma ramificação para a pistolagem, um tipo de crime que desafia os tempos modernos, a Justiça e o aparelho de segurança pública em qualquer parte do Brasil. Sobre agiotagem, ou usura, a prática é tão antiga quanto o dinheiro em moeda. Mas o que está em jogo é a sua importância como esse crime, aparentemente banal e fortuito, se transformou numa poderosa fonte, alimentando campanhas eleitorais e devastando o dinheiro público.

O deputado Raimundo Cutrim, ao ser citado em suposto documento da Polícia Civil como enredado em agiotagem e grilagem de terras na Ilha de São Luís, reagiu, indignado, requerendo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar aquilo que o acusaram, o que nega peremptório. Até a última sessão da Assembleia Legislativa, quinta-feira passada, ele já havia conseguido 12, das 14, assinaturas necessárias para criar a CPI. Portanto, está faltando muito pouco.

O artigo 58, § 3º, da Constituição Federal, dedicado às CPIs, indica claramente que o instrumento tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas casas legislativas, por um terço de seus membros. Instalada a CPI, a apuração deve seguir um rito próprio, mediante "o fato determinado" e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

No decorrer dos trabalhos investigativos, os parlamentares desvestem-se da roupagem de legisladores para adquirirem a pertinente aos magistrados; seus poderes decisórios não são idênticos aos dos

juízes, mas apenas àqueles limitados à investigação; os poderes, previstos nos regimentos, não podem, no que concerne à magistratura, ser superiores a de uma investigação. É o que ensina o mestre do Direito no Brasil, Ives Gandra. São pressupostos que os deputados maranhenses, caso componham a CPI, terão que seguir.

O "fato determinado", o mais relevante sobre o funcionamento de uma CPI, é o centro do enredo que se desenrola no ambiente parlamentar das investigações. Se for verdade que a Polícia do Maranhão, ao investigar a execução do jornalista e blogueiro Décio Sá, encontrou farto material que implica 41 prefeituras com agiotagem em campanhas eleitorais e, depois, os eleitos, torna-se indispensável que a sociedade maranhense tome conhecimento dessa prática nefasta e veja os culpados na trama criminoso punidos.

Caso se confirme o que vem sendo noticiado a respeito do poder da agiotagem nas finanças públicas das prefeituras, além do poder político, como fonte do financiamento de campanhas, o tema, além de explosivo, ganha maior repercussão quando lastreia a corrupção e a violência contra atores envolvidos ou não. No bojo de sua ação, o dinheiro desviado da educação, da saúde e da prestação de serviços municipais é canalizado para o enriquecimento rápido e participativo de gestores e agiotas.

A CPI, portanto, é um instrumento tão legítimo quanto necessário para se passar a limpo essa história rica em maledicência, que se entremeia nas campanhas eleitorais, financiando candidaturas, para depois surrupiar o dinheiro do povo. Investigar tais crimes e punir culpados é uma atitude que dignifica o Poder Legislativo. Portanto, é necessário e conta com o apoio da população.

RESSOCIALIZAÇÃO
Cerca de 500
detentos devem
retomar os estudos

POLÍCIA 3

RESSOCIALIZAÇÃO

Educação nos presídios do MA

Centenas de detentos do sistema prisional devem ser matriculados em salas de aula do ensino fundamental. No presídio do Olho d'Água, 50 internos já estão matriculados em duas turmas

Cerca de 500 detentos do sistema prisional do Maranhão devem ser matriculados em salas de aula do ensino fundamental em 2013. Em São Luís, já foram implantadas 15 turmas e outras 10 serão criadas nas unidades prisionais de Timon, Caxias, Bacabal, Pedreiras, Davinópolis, Imperatriz e Santa Inês. A iniciativa é resultado de parceria entre a Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e as secretarias estaduais de Educação (Seduc) e de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

No presídio masculino do Olho D'Água, em São Luís, 50 internos já estão matriculados em duas turmas do programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA) da Escola João Sobreira de Lima, única do sistema penitenciário do país reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).



Maranhão tem a única escola do sistema do país reconhecida pelo MEC

Criada há 30 anos, ela possui anexos instalados em outras unidades prisionais da capital.

Reintegração

A coordenadora da Seduc nas unidades prisionais, Silvana de Oliveira Lima, explica que a iniciativa coloca em prática o que

está previsto no Plano Estadual de Educação nas prisões. "O objetivo é ampliar a oferta na área de educação a jovens e adultos nos estabelecimentos penais. Isso vai possibilitar a ressocialização dos apenados, garantindo-lhes o pleno exercício da cidadania", destaca.

Além da educação básica, o plano prevê a reintegração social dos internos com a oferta de cursos profissionalizantes. "A parceria causa um impacto positivo, ampliando a oferta de educação e cidadania aos presos, um direito garantido por lei", diz o coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, Ariston Apoliano.

Segundo o superintendente de Justiça da Sejap, Kécio Rabelo, a meta é garantir 100% de todas as assistências previstas na Lei de Execução Penal, fazendo com que os internos recebam profissionalização, assistência médica e outros benefícios.

Remição

De acordo com a Lei nº 12.433/11, a cada 12 horas de frequência escolar o preso tem um dia a menos de pena a cumprir, incluindo os ensinamentos fundamental, médio, profissionalizante.

JULGAMENTO

Acusada de matar marido é absolvida em julgamento

A policial militar reformada Luciene Arouche Marinho foi submetida ao segundo julgamento, no Tribunal do Júri de São Luís, pela morte do marido, o também policial José Carlos Cutrim Marinho. Neste julgamento, ela foi absolvida. A defesa mostrou que a ré sofre de doença mental.

Acusada de envenenar a vítima, Luciene Arouche foi condenada em 2011 pelo júri popular a 14 anos de reclusão. Ela recorreu ao Tribunal de Justiça do Maranhão, que anulou o julgamento, sendo marcada uma nova sessão do júri. Ela voltou ao banco dos réus, submetendo-se a julgamento na 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís.

O Conselho de Sentença absolveu Luciene Arouche, reconhecendo a tese de inimputabilidade apresentada pelo advogado Ítalo Leite. A defesa alegou que a acusada já na época do crime era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

A juíza Patrícia Marques Barbosa aplicou à acusada, presente no julgamento, a medida de segurança de sujeição a tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de um ano, no Hospital Nina Rodrigues, em São Luís, devendo ao final desse período realizar perícia para a continuação da medida.

A magistrada deixou de aplicar a medida de internação tendo em vista que o médico psiquiatra que trata da acusada há 15 anos disse, ao ser ouvido durante a sessão do júri, que Luciene Arouche não possui periculosidade, estando em tratamento ambulatorial e com quadro controlado.

Conforme a denúncia do Ministério Público, Luciene Arouche, no dia 03 de julho de 1998, por volta das 22h, na residência da própria vítima, no bairro Cidade Operária, envenenou o marido. José Carlos Cutrim foi socorrido, mas morreu dois dias depois no hospital.



**Foi a pena imposta pela
Justiça no primeiro
julgamento**

Maranhão

Judiciário estadual investe em serviços pela internet

Dezenas de serviços dedicados a usuários do meio jurídico e comunidade são oferecidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ininterruptamente, por meio do portal www.tjma.jus.br. Desde o ano passado, quando foi lançado em versão mais moderna e interativa, o sítio do Judiciário na internet registra média superior a 10 mil acessos diários. O Maranhão, seguido por São Paulo, lideram o ranking de usuários. O endereço reúne o conteúdo informativo do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), separados conforme a área – processual, administrativa ou normativa. A página principal traz ainda menu, notícias em destaque e área de “Serviços ao Cidadão” – os espaços mais acessados pelo público externo. **Página 3**

Serviços

Judiciário estadual investe em serviços pela internet



Guerreiro Júnior diz que TJMA vai continuar investindo em rapidez e facilidades da internet

Dezenas de serviços dedicados a usuários do meio jurídico e comunidade são oferecidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ininterrupta-

mente, por meio do portal www.tjma.jus.br. Desde o ano passado, quando foi lançado em versão mais moderna e interativa, o sítio do Judiciário na internet registra média superior a 10 mil acessos diários. O Maranhão, seguido por São Paulo, lideram o ranking de usuários.

O endereço reúne o conteúdo informativo do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), separados conforme a área – processual, administrativa ou normativa. A página principal traz ainda menu, notícias em destaque e área de “Serviços ao Cidadão” – os espaços mais acessados pelo público externo.

Os usuários dispõem de consulta do andamento processual, processo virtual de juizados, atualização monetária, gerador de custas, malote digital, lista de precatórios, formulários de

autorização de viagem, certidão negativa e consulta ao acervo da biblioteca.

O internauta pode consultar a pauta de julgamento, Diário da Justiça, seguro DPVAT, calendário forense, escala do plantão judicial de 1º e 2º graus, endereço de fóruns e juizados especiais da capital e interior, juizes que respondem por comarcas e varas, e projetos sociais.

O mapa do site auxilia a localizar o conteúdo, com links que remetem ao assunto procurado. A ferramenta de busca oferece a mesma facilidade, por palavra-chave.

No campo “Acesso Rápido”, o usuário pode personalizar a busca e optar pelos itens de maior interesse. No topo da página há botões de atalho para o ‘Fale Conosco’ e redes sociais onde o Judiciário do Maranhão tem forte presença: Facebook e Twitter.

Para o público interno,

o portal oferece como opções a “Página do Servidor” e o sistema ‘Sentinela’, que reúne aplicativos voltados a atividades administrativas do TJMA, e é de acesso restrito a magistrados e servidores.

“O Judiciário investe continuamente no portal como forma de levar serviços úteis, e com confiabilidade, ao cidadão de qualquer ponto do país e do exterior. As mudanças e inclusões são dinâmicas, como exige a internet. Vamos continuar a busca por novidades”, observa o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Mudanças - Em junho de 2012 foi concluída a reformulação do portal do Judiciário estadual, que incluiu projeto visual, atualização de conteúdo e novas funcionalidades. As mudanças deixaram o portal mais leve e ampliaram os recursos de acessibilidade.

Capacitação

Escola de Gestão Penitenciária deve iniciar aulas na primeira quinzena de junho

A primeira Escola de Gestão Penitenciária do Maranhão (Eforpema) deve iniciar aulas na primeira quinzena de junho. A informação é do secretário adjunto de Justiça da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), José Ribamar Cardoso Lima. Destinada à formação e capacitação profissional dos servidores do sistema carcerário maranhense, a escola é fruto da parceria entre a Sejap e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão ligado ao Ministério da Justiça.

O centro de formação

tem como principal objetivo preparar, capacitar e aperfeiçoar os servidores que exercem atividades no sistema. Além disso, possibilitará a aplicação de didáticas como seminários, palestras e outras atividades. Para a execução das ações previstas, os recursos serão de cerca de R\$ 170 mil.

Os cursos ministrados na Escola de Gestão vão abordar temas como direitos humanos, cidadania, gestão pública, ética no trabalho, motivação humana, temáticas administrativas, entre outros, com enfoque na atu-

ação do servidor e tendo como base à Lei de Execução Penal. O secretário adjunto Ribamar Cardoso explicou que serão oferecidos cursos tanto de formação continuada, quanto os de pós-graduação.

De acordo com Cardoso, a proposta é fazer com que a escola disponha de biblioteca, auditório, salas audiovisuais, não deixando a desejar em nada no que se refere a uma instituição de ensino de qualidade. Será uma escola que vai pensar a gestão prisional e teremos estrutura para que isso aconte-

ça. Hoje instituições como a PM, Polícia Civil e outras têm a sua escola, então nada mais justo que o sistema penitenciário também tenha, afirmou Cardoso.

O secretário adjunto informou que as parcerias com o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público e outras instituições, serão fundamentais para a viabilização destas ações. Essas parcerias serão essenciais na formação desses profissionais para uma melhor atuação dentro das unidades carcerárias do nosso estado, comentou.

■ Investimento do Judiciário

Dezenas de serviços dedicados a usuários do meio jurídico e comunidade são oferecidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ininterruptamente, por meio do portal www.tjma.jus.br.

Desde o ano passado, quando foi lançado em versão mais moderna e interativa, o sítio do Judiciário na internet registra média superior a 10 mil acessos diários.

O Maranhão, seguido por São Paulo, lidera o ranking de usuários.

Judiciário estadual investe em serviços pela internet

Dezenas de serviços dedicados a usuários do meio jurídico e comunidade são oferecidos pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ininterruptamente, por meio do portal www.tjma.jus.br. Desde o ano passado, quando foi lançado em versão mais moderna e interativa, o sítio do Judiciário na internet registra média superior a 10 mil acessos diários. O Maranhão, seguido por São Paulo, lideram o ranking de usuários.

O endereço reúne o conteúdo informativo do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), separados conforme a área – processual, administrativa ou normativa. A página principal traz ainda menu, notícias em destaque e área de “Serviços ao Cidadão” – os espaços mais acessados pelo público externo.

Os usuários dispõem de consulta do andamento processual, processo virtual de juizados, atualização monetária, gerador de custas, malote digital, lista de precatórios, formulários de autorização de viagem, certidão negativa e consulta ao acervo da biblioteca.

O internauta pode consultar a pauta de julgamento, Diário da Justiça, seguro DPVAT, calendário forense, escala do plantão judicial de 1º e 2º graus, endereço de fóruns e juizados especiais da capital e interior, juízes que

respondem por comarcas e varas, e projetos sociais. O mapa do site auxilia a localizar o conteúdo, com links que remetem ao assunto procurado. A ferramenta de busca oferece a mesma facilidade, por palavra-chave.

No campo “Acesso Rápido”, o usuário pode personalizar a busca e optar pelos itens de maior interesse. No topo da página há botões de atalho para o ‘Fale Conosco’ e redes sociais onde o Judiciário do Maranhão tem forte presença: Facebook e Twitter.

Para o público interno, o portal oferece como opções a “Página do Servidor” e o sistema ‘Sentinela’, que reúne aplicativos voltados a atividades administrativas do TJMA, e é de acesso restrito a magistrados e servidores.

“O Judiciário investe continuamente no portal como forma de levar serviços úteis, e com confiabilidade, ao cidadão de qualquer ponto do país e do exterior. As mudanças e inclusões são dinâmicas, como exige a internet. Vamos continuar a busca por novidades”, observa o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Mudanças - Em junho de 2012 foi concluída a reformulação do portal do Judiciário estadual, que incluiu projeto visual, atualização de conteúdo e novas funcionalidades. As mudanças deixaram o portal mais leve e ampliaram os recursos de acessibilidade.

Escola de Gestão Penitenciária deve iniciar aulas na primeira quinzena de junho

DIVULGAÇÃO

A primeira Escola de Gestão Penitenciária do Maranhão (Eforpe-ma) deve iniciar aulas na primeira quinzena de junho. A informação é do secretário adjunto de Justiça da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), José Ribamar Cardoso Lima. Destinada à formação e capacitação profissional dos servidores do sistema carcerário maranhense, a escola é fruto da parceria entre a Sejap e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão ligado ao Ministério da Justiça.

O centro de formação tem como principal objetivo preparar, capacitar e aperfeiçoar os servidores que exercem atividades no sistema. Além disso, possibilitará a aplicação de didáticas como seminários, palestras e outras atividades. Para a execução das ações previstas, os recursos serão de cerca de R\$ 170 mil.

Os cursos ministrados na Escola de Gestão vão abordar temas como direitos humanos, cidadania, gestão pública, ética no trabalho, motivação humana, temáticas administrativas, entre outros, com enfoque na atuação do servidor e tendo como base à Lei de Execução Penal. O secretário adjunto Ribamar Cardoso explicou que serão oferecidos cursos tanto de formação continuada, quanto os de pós-graduação.

De acordo com Cardoso, a proposta é fazer com que a escola disponha de biblioteca, auditório, salas audiovisuais, não deixando a desejar em nada no que se refere a uma instituição de ensino de qualidade. "Será uma escola que vai pensar a gestão prisional e teremos estrutura para que isso aconteça. Hoje instituições como a PM, Polícia Civil e outras têm a sua escola, então nada mais



Sebastião Uchoa e o frei Ribamar, durante visita ao prédio que abrigará a escola

justo que o sistema penitenciário também tenha", afirmou Cardoso.

O secretário adjunto informou que as parcerias com o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público e outras instituições, serão fundamentais para a viabilização destas ações. "Essas parcerias serão essenciais na formação desses profissionais para uma melhor atuação dentro das unidades carcerárias do nosso estado", comentou.

Ribamar Cardoso afirmou que a Escola de Gestão Penitenciária é uma grande conquista para o Maranhão, uma vez que ela vai qualificar os profissionais que atuam no Sistema Prisional. "Este é mais um avanço no estado, ofereceremos qualificação aos agentes penitenciários, diretores e corpo administrativo da Sejap. Queremos que eles se sintam

amparados e valorizados. Vamos ter ainda, uma equipe multidisciplinar para oferecer atendimento psicossocial aos funcionários", destacou.

Mais parcerias - Para o funcionamento da Escola de Gestão Penitenciária, a Sejap pretende firmar parceria com a Universidade Federal do Maranhão (Ufma) e outras instituições de ensino. O trabalho conjunto vai garantir a realização de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação aos servidores do Sistema Penitenciário.

Sem ter para onde ir, moradores da “Portelinha” temem perder suas casas

Cerca de 300 famílias que residem na Portelinha, comunidade localizada entre o Bairro do Altos do Calhau e o Conjunto do Barramar, temem perder suas casas, devido a um processo judicial no qual o su-

posto proprietário do terreno pede a reintegração de posse do local. Uma audiência definitiva está marcada para o dia 20 deste mês, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. **PÁGINA 13**

Sem ter para onde ir, moradores da "Portelinha" temem perder suas casas

POR VALQUÍRIA FERREIRA

Cerca de 300 famílias que residem na Portelinha, comunidade localizada entre o Bairro do Altos do Calhau e o Conjunto do Barramar, temem perder suas casas, devido a um processo judicial no qual o suposto proprietário do terreno, identificado como Ivaldo Zeno Teixeira Rodrigues, pede a reintegração de posse do local. De acordo com os moradores, o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos, da 3ª Vara da Fazenda Pública, por duas vezes, deu ganho de causa para Ivaldo Rodrigues; mas que, uma nova e definitiva audiência deve acontecer no dia 20 deste mês, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

A comunidade disse ter sido informada, no mês de abril, sobre a próxima audiência e que conta com a assistência jurídica do defensor público Alberto Guilherme Tavares, que acompanha o caso desde 2008, quando ocorreu a primeira audiência. "Temos esperança de que o defensor Alberto Tavares vai nos ajudar com esse processo e que iremos permanecer morando em nossas casas", disse o líder comunitário Valdemir Ferreira Silva, de 39 anos.

Os moradores se dizem temerosos pela possibilidade de que a decisão judicial definitiva seja favorável a Ivaldo Teixeira; e, por

isso pedem ajuda às autoridades, principalmente ao governo do Estado. "Nós queremos ficar onde estamos, porque não temos para onde ir. Não temos condições financeiras de comprar casa em outro lugar. Temos muito medo de sermos obrigados a deixar nossas residências e pedimos às autoridades que se sensibilizem como nossa causa", declarou Valdemir Silva.

De acordo com os moradores, no começo da ocupação, a área onde hoje existe a Portelinha era um extenso matagal, abandonado e que servia como abrigo para criminosos, sendo constantes os assaltos e casos de estupros no local. "Nesse terreno tinha muito mato, servia apenas de abrigo para estupradores e assaltantes. Nós limpamos, cuidamos da terra e construímos nossas casas. Após tudo isso, apareceu um dono e nós queremos apenas o direito à moradia, mesmo que seja em outro lugar", afirmou Teresinha de Jesus Mastins, de 26 anos.

A Portelinha existe há seis anos, e beneficia cerca de mil pessoas, a maioria crianças. Nesse período, muitas casas de alvenaria foram construídas; mas, por medo da ordem de despejo, alguns moradores paralisaram as obras e aguardam a decisão judicial. "Várias pessoas, que lutam diariamente pelo seu sustento, foram obrigados a parar suas construções por terem medo de perder suas residências", contou

a moradora Silvana dos Santos Araújo.

Segundo a líder comunitária Dalinajara Moraes Lopes, de 28 anos, em 2008 havia uma ação de despejo pronta para ser cumprida, mas por decisão do juiz da 2ª Vara Cível da capital, Sérgio Antônio Barros Batista, a operação foi suspensa. "Estamos preocupados com a próxima decisão que pode ser proferida pelo juiz. Se tivermos que deixar esse lugar, vamos sair, mas não teremos para onde ir", declarou "Dalina", como a liderança é conhecida na comunidade.

Inspirado em novela – A Portelinha começou a ser ocupada no dia 3 de fevereiro de 2008 e, segundo os moradores, o nome da comunidade foi inspirado na novela "Duas Caras", que era exibida no horário das 20h, pela Rede Globo. Na trama global existia uma favela chamada Portelinha, cujo terreno era cobiçado por um grande empresário para a construção de condomínios.

Outro lado – A reportagem do **Jornal Pequeno** se dirigiu à casa de uma mulher identificada como Lucimar, que mora no terreno desde o início da ocupação e seria vigia do lugar; porém, ela disse que não podia tratar sobre o assunto e que o proprietário havia dito que não era para fornecer o número do telefone dele para a equipe.



Crianças são maioria entre as pessoas que residem na Portelinha



Alguns moradores pararam as obras de suas casas com medo de serem despejados



Líderes comunitários estão confiantes em sua defesa, mas pedem apoio do Estado e da Justiça

■ Judiciário

Não obstante a farta divulgação da transferência de juízes para Caxias, pelo TJMA, até hoje há apenas três juízes na Princesa do Sertão... Isso para 'cobrir' cinco varas e mais o Juizado Especial...

■ Nos trinta

...Manoel Velôzo, Sidarta Gautama e Paulo Afonso são os magistrados que se viram nos trinta para dar conta das demandas no Judiciário local... Já em São Luís o que tem de juízes dá no meio da canela.

❖❖ Afinal de contas, que matérias podem ser apreciadas no Plantão Judicial???! Rapaz, é plantonista soltando latrocida de outro estado, mesmo já tendo sido negados dois habeas corpus pelos órgãos colegiados; é plantonista trazendo de volta prefeito afastado por sentença proferida também pelo órgão colegiado!!! Será que estão fazendo com os plantões o que faziam antigamente na distribuição, esperando a conveniência de dados plantonistas, desrespeitando tanto o regimento interno quanto a resolução do CNJ???! 'Don Guerreiron' neles!!!

Concursados

E o Tribunal de Justiça do Maranhão está convocando 173 aprovados em seus concursos públicos de 2011. Estão sendo chamados pelo Diário Eletrônico da Justiça 28 analistas judiciários, 47 técnicos judiciários e nove auxiliares. Já do concurso realizado em 2009 estão sendo convocados quatro oficiais de justiça.

DEU NA FOLHA DE S.PAULO

Governo do MA e Assembleia resistem a divulgar salários de servidores

Matéria publicada ontem (4) no jornal Folha de São Paulo mostra que, às vésperas do primeiro aniversário da Lei de Acesso à Informação, muitos estados brasileiros ainda não embarcaram na cultura de transparência que a nova legislação instituiu. Entre eles, está o Maranhão, onde nem o governo do estado nem a Assembleia Legislativa divulgam os salários de seus servidores. **PÁGINA 5**

Governo e Assembleia do MA resistem a divulgar salários de servidores públicos

Matéria publicada ontem (4) no jornal Folha de São Paulo mostra que, às vésperas do primeiro aniversário da Lei de Acesso à Informação, muitos estados brasileiros ainda não embarcaram na cultura de transparência que a nova legislação instituiu. Entre eles, está o Maranhão, onde nem o governo do estado nem a Assembleia Legislativa divulgam os salários de seus servidores.

A exigência de publicação dos salários de forma individualizada consta na lei para funcionários do Executivo federal e foi seguida por outros poderes nessa esfera.

A expectativa à época em que a norma entrou em vigor, em 16 de maio, era que os 26 estados e o Distrito Federal passassem a divulgar os dados.

Os órgãos estaduais menos transparentes são as assembleias legislativas. Somente uma delas, a do Espírito Santo, publica a lista com os salários de todos os funcionários. Dez casas não divulgam nenhuma informação – entre elas, a do Maranhão – e outras informam apenas dados parciais, sem os nomes dos servidores.

O Legislativo do Rio de Janeiro, por exemplo, chegou a disponibilizar a relação de setembro do ano passado, mas não houve atualização.

Duas assembleias (Santa Catarina e Rio Grande do Norte) publicam os salários, mas a consulta é feita por nome do servidor, o que impossibilita a identificação de vencimentos fora do padrão.

Parte dos legislativos está impedida de publicar as informações por força de decisões ou normas estaduais. Em decisão provisória, o desembargador Corrêa Vianna, do TJ-SP, citou “o direito à vida privada e à intimidade” para justificar o veto à divulgação dos vencimentos da assembleia paulista.

No Rio Grande do Sul, uma lei estadual proíbe a divulgação do nome dos servidores, o que impede também o governo do estado e o Tribunal de Justiça de informar os vencimentos de forma individualizada.

Nos executivos estaduais, 12 estados (o Maranhão incluído) e o Distrito Federal ainda não divulgam as informações. No Judiciário, resolução do Conselho Nacional de Justiça de 2012 deu força à divulgação dos salários.

Outra exigência da norma que caminha a passos lentos é a possibilidade de os cidadãos fazerem pedidos de informações pela internet: 13 governos estaduais, 15 TJs e 18 Assembleias ainda não têm um sistema para receber essas solicitações.

A lei exige a criação de Serviços de Informações ao Cidadão (SICs) e a possibilidade de envio de pedido de informações pela internet. Segundo especialistas ouvidos pela Folha, cabe ao Ministério Público exigir o cumprimento dessa parte da norma, que se estende aos Estados.

Cultura – O professor da FGV Direito Rio Pedro Abramovay, ex-secretário nacional de Justiça, diz que a divulgação de salários não é exigência para os estados, mas seria um ato de transparência.

Para ele, a lei “pegou” porque instituiu uma mudança de cultura e é natural que haja demora no processo. “O Brasil é um país que tem uma cultura de opacidade. Uma mudança de cultura não acontece da noite para o dia.”

Para Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, “o grande tabu” da Lei de Acesso foi a questão salarial. “A informação tem que ser absolutamente pública, porque quem paga os salários do funcionário público é o cidadão.”

Outro lado – A maior parte das assembleias legislativas que omite o salário dos servidores se justifica afirmando que a Lei de Acesso à Informação não exige essa publicação.

As casas apontam também problemas técnicos e falta de regulamentação dos estados. Algumas, como as de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul, são impedidas de fazê-lo por decisões da Justiça ou normas estaduais.

As assembleias catarinense e potiguar dizem que já cumprem a legislação. A do Rio de Janeiro afirma que os dados completos serão publicados na segunda-feira.

Sobre a inexistência de canal para envio de pedidos de informação via internet, as casas dizem que será preciso modificar os sites das instituições para viabilizar a implantação dos sistemas.

Governos estaduais que não divulgam os vencimentos individuais também afirmam que a exigência da lei federal não se estendeu automaticamente aos estados.

A maioria dos órgãos que ainda não têm canal on-line de atendimento a pedidos de informações diz que o sistema será implementado.

O Tribunal de Justiça gaúcho diz que não divulga os salários por força de lei estadual. O CNJ, no entanto, exigiu a publicação dos vencimentos. O caso está no STF. *(Folha de S. Paulo e Redação do JP)*